

Orides Mezzaroba

Teoria geral
— do —
Direito
Partidário
— e —
Eleitoral

Qualis

Copyright © 2018 Qualis Editora e Comércio de Livros Ltda

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte deste livro, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Conselho Editorial:

Prof. Dr. Emerson Antonio Maccari
Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas
Prof. Dr. Fernando Galindo Ayuda
Prof. Dr. Jefferson Aparecido Dias
Prof. Dr. José Fernando Vidal de Souza
Prof. Dr. José Querino Tavares Neto
Prof. Dra. Maria Áurea Baroni Cecato
Prof. Dr. Martonio Mont'alverne Barreto Lima
Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro
Prof. Dr. Narciso Leandro Xavier Baez
Prof. Dr. Raymundo Juliano do Rêgo Feitosa
Prof. Dr. Rogério Gesta Leal

Editora Executiva: Simone Fraga

Produção Editorial: Qualis Editora

Diagramação: Marcos Jundurian

Design de Capa: Gabriel Nemer Neves

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

M6177t

Mezzaroba, Orides, 1961 -

Teoria geral do direito partidário e eleitoral / Orides Mezzaroba. - [1. ed.] -
Florianópolis, SC: Qualis Editora, 2018.

336 p. : il. ; 23 cm.

ISBN 978-85-68839-96-6

1. Direito 2. Teoria Geral 3. Direito Eleitoral 4. Direito Partidário
5. Partidos Políticos 6. Movimentos Sociais I. Título.

CDD 340

CDU 329

Qualis

Qualis Editora e Comércio de Livros Ltda
Caixa Postal 6540

Florianópolis - Santa Catarina - SC - Cep.88036-972
www.qualiseditora.com
www.facebook.com/qualiseditora

SUMÁRIO

Introdução	11
-------------------------	-----------

Parte I

CAPÍTULO 1

Preliminares etimológico-conceituais e aspectos históricos	19
1.1 As concepções de <i>representação</i> : uma abordagem etimológica preliminar	19
1.1.1 O termo <i>representação</i> e suas acepções mais relevantes	19
1.1.2 <i>Representação política</i> : origens etimológicas e conceito	26
1.2 A conquista da <i>representação política</i>	30
1.2.1 Primórdios da <i>representação</i> nas principais experiências políticas ocidentais	30
1.2.1.1 Inglaterra	31
1.2.1.2 Estados Unidos da América	42
1.2.1.3 França	47

CAPÍTULO 2

Fundamentos teóricos da <i>representação política</i>	57
2.1 Os fundamentos teóricos da <i>representação política</i> no projeto liberal de Estado	57
2.2 A natureza teórica da <i>representação política</i>	67
2.2.1 Hobbes e Rousseau: a <i>representação</i> vinculada à ideia de autoridade	67
2.2.2 Burke : a <i>representação</i> como relação de confiança	71
2.2.3 A <i>representação</i> como reflexo de alguém ou de alguma coisa	74

2.3 A relação representante-representado nos limites da teoria do mandato	78
2.3.1 A relação representante-representado	79
2.3.2 Mandato político: modelos.....	80
2.3.2.1 Mandato imperativo.....	80
2.3.2.2 Mandato representativo.....	84
2.3.2.3 Mandato partidário.....	87

Parte II

CAPÍTULO 1

O Partido Político na condição de órgão Mediador da representação política	91
1.1 A representação política liberal e a democracia representativa partidária	91
1.2 O fenômeno chamado Partido Político	95
1.2.1 A dinâmica histórica do Partido Político	95
1.2.2 Relações etimológicas conceitualmente relevantes	99
1.2.2.1 A relação entre parte e Partido	99
1.2.2.2 A relação entre facção e Partido	101

CAPÍTULO 2

O Partido Político como objeto de conhecimento	115
2.1 A diversidade das abordagens.....	115
2.1.1 Abordagem funcional.....	115
2.1.2 Abordagem estrutural	119
2.1.3 Abordagem orgânica	123
2.1.3.1 Partido Político em Gramsci.....	128
2.2 A Partido Político e os novos movimentos sociais.....	132

CAPÍTULO 3

A constitucionalização dos Partidos Políticos	139
3.1 O reconhecimento constitucional dos Partidos	143
3.1.1 A constitucionalização dos Partidos Políticos na Itália	146
3.1.2 A constitucionalização dos Partidos Políticos na Alemanha	146

3.1.3 A constitucionalização dos Partidos Políticos na França	147
3.1.4 A constitucionalização dos Partidos Políticos em Portugal....	149
3.1.5 A constitucionalização dos Partidos Políticos na Espanha...	150
3.2 Aspectos privilegiados na constitucionalização dos Partidos Políticos.....	152
3.2.1 Liberdade externa	153
3.2.2 Liberdade interna.....	155
3.2.3 Direito a prestações do Estado.....	157

CAPÍTULO 4

O Estado de Partidos.....	161
4.1 A democracia, os partidos e a democracia de partidos.....	161
4.2 Estado de Partidos: abordagem preliminar.....	165
4.2.1 Sistema partidário e estrutura do Estado	166
4.2.2 Antecedentes teóricos: o Partido Político entre Estado e Sociedade	169
4.2.2.1 Relação Estado-Partido em Bluntschli	169
4.2.2.2 Estado e Sociedade em Jellinek	171
4.2.2.3 Relação Estado-Partido em Richard Schmidt	172
4.2.3 Estado e Partido na Constituição de Weimar	174
4.3 Aporte teórico do Estado de Partidos.....	176
4.3.1 Partido Político e Democracia em Kelsen	176
4.3.2 Estado Democrático e Estado de Partidos em Radbruch.....	180
4.3.3 Partido Político e Democracia em Thoma e em Heller e a Crítica de Triepel	182
4.4 A teoria do Estado de Partidos	184
4.4.1 Pressupostos necessários à implementação do modelo democrático de representação política do Estado de Partidos	184
4.4.2 A formação política da vontade.....	186
4.4.3 Mandato comissionado.....	188
4.4.4 Fidelidade partidária e Democracia intrapartidária	188
4.4.5 Eleições plebiscitárias.....	191

Parte III

CAPÍTULO 1

Das organizações políticas imperiais aos Partidos Políticos da Quarta República	197
1.1 O Partido Político no Império (1824-1889).....	197
1.2 O Partido Político na Primeira República (1889-1930)	200
1.3 O Partido Político no governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1937)	205
1.4 O Partido Político no Estado Novo (1937-1945)	211
1.5 O Partido Político na Quarta República (1945-1964)	214

CAPÍTULO 2

O Partido Político: do Estado Militar ao processo constituinte brasileiro	221
2.1 O <i>Partido Político</i> no regime militar (1964-1984).....	221
2.2 O Partido Político no processo constituinte de 1987-1988.....	238

CAPÍTULO 3

O Partido Político na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	245
3.1 A representação política na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	245
3.2 O Partido Político na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	247
3.3 A criação de Partidos Políticos: princípios constitucionais balizadores.....	251
3.3.1 Soberania nacional	251
3.3.2 Regime democrático.....	252
3.3.3 Pluripartidarismo	253
3.3.4 Direitos Fundamentais da Pessoa Humana.....	257
3.4 Requisitos constitucionais para criação de Partidos Políticos.....	258
3.4.1 Caráter nacional.....	258
3.4.2 Prestação de contas à Justiça Eleitoral	264
3.4.3 Funcionamento parlamentar.....	265

3.5	Vedações constitucionais.....	269
3.5.1	Proibição de utilização de organização paramilitar	270
3.5.2	Proibição de recebimento de recursos financeiros e de subordinação a organismos estrangeiros.....	270

CAPÍTULO 4

Natureza jurídica dos Partidos Políticos e suas garantias constitucionais.....		273
4.1	Natureza jurídica dos <i>Partidos Políticos</i>	273
4.1.1	A Doutrina e a natureza jurídica dos Partidos	274
4.1.2	Regulamentação pela legislação ordinária	276
4.1.2.1	Etapas da criação dos Partidos	278
4.2	Garantias constitucionais	280
4.2.1	Autonomia partidária.....	280
4.2.1.1	Democracia interna	285
4.2.2	Fidelidade partidária	285
4.2.3	Disciplina partidária.....	290
4.2.4	Fundo partidário e acesso aos meios de comunicação	292
4.3	Considerações finais sobre o processo de constitucionalização dos Partidos Políticos no Brasil	297
Conclusão		303
Referências		313